

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
<p><b>Despacho</b></p>	<p>NP: i3cg1mg6 <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 09/08/2023 Requerimento nº 593/2023 Protocolo nº 8350/2023</p>	
<p><b>Autor:</b> Dep. Lúdio Cabral</p>		

Com fundamento no art. 177, caput, do Regimento Interno desta Casa de Leis c/c Art. 28 da Constituição Estadual, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que aprove o presente Requerimento direcionado ao Exmo. Controlador Geral do Estado de Mato Grosso, Sr. Paulo Farias Nazareth Netto, solicitando que este encaminhe à mesa desta Assembleia Legislativa cópia integral dos relatórios auditorias preliminares feitas pela Controladoria Geral do Estado (CGE) em todos os contratos e pagamentos das 9 (nove) empresas de saúde, que estão sendo investigados na Operação Espelho, da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor).

## JUSTIFICATIVA

Segundo dispõe o inciso VIII e o caput do Art. 26 da Constituição Estadual é competência exclusiva da Assembleia Legislativa fiscalizar e controlar, diretamente, através de quaisquer de seus membros ou Comissões, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta:

Art. 26 É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

(...)

VIII - fiscalizar e controlar, diretamente, através de quaisquer de seus membros ou Comissões, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta;

Em matéria divulgada no Jornal A GAZETA aos dias 07 de agosto de 2023 informa que:

"Relatórios das auditorias preliminares feitas pela Controladoria Geral do Estado (CGE) em todos os contratos e pagamentos das 9 empresas de saúde, que estão sendo investigados na Operação Espelho, da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor), apontam para o pagamento de mais de R\$ 90 milhões sem qualquer tipo de contrato ou licitação entre de janeiro de 2020 a março de 2023 pela Secretaria de Estado de Saúde (SES).

Link da matéria:

<https://www.gazetadigital.com.br/editorias/politica-de-mt/irregularidades-na-ses-somam-r-90-milhes-aponta-c>



**Estado de Mato Grosso**  
Assembleia Legislativa



ge/743224



## Irregularidades na SES somam R\$ 90 milhões, aponta CGE

Relatórios das auditorias preliminares feitas pela Controladoria Geral do Estado (CGE) em todos os contratos e pagamentos das 9 empresas de saúde, que estão sendo investigados na Operação Espelho, da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor), apontam para o pagamento de mais de R\$ 90 milhões sem qualquer tipo de contrato ou licitação entre de janeiro de 2020 a março de 2023 pela Secretaria de Estado de Saúde (SES).

Marcos Vergueiro/Secom-MT



Também foram detectadas diversas irregularidades como desrespeito ao princípio da competitividade, favorecimento na escolha de fornecedores, distorções de preços, falhas na formação de preço referência e risco de dano ao erário público. A Operação Espelho investiga suposto cartel de empresas para supostamente fraudar licitações e contratos feitos pela SES.

A informação consta nos dois documentos elaborados pela CGE e encaminhado para a Deccor e para o juízo do Núcleo de Inquéritos Policiais (Nipo) no mês passado.

De acordo com os auditores, foram localizados um total de pagamentos no valor de R\$ 175.6 milhões para as empresas investigadas, sendo que R\$ 90.837.631,24, equivalente a 51,70% dos valores pagos, foram executados como pagamentos indenizatórios para fornecedores, ou seja, “consistem em pagamentos diretos sem prévia realização de licitação ou outro procedimento de contratação direta, bem como sem cobertura contratual”, diz trecho do documento que A Gazeta teve acesso.

A CGE ainda afirma que existe possibilidade de existência de pagamentos ainda não identificados nessa etapa prévia de análise documental.

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

O documento aponta ainda que existe a ausência de regular procedimento licitatório e da formalização obrigatória do termo/instrumento de contrato implica em “ausência de definição clara e precisa dos critérios de qualidade da execução dos serviços e as responsabilidades, especialmente da contratada, em favor do atendimento do interesse público e da proteção do erário”.

Para a CGE, a falta de contratos e licitações demonstra que a Secretaria de Estado de Saúde não buscou a vantajosidade e isonomia, em razão do desrespeito ao princípio da competitividade, do favorecimento na escolha do fornecedor e das falhas na composição dos custos do objeto.

“Ressalta-se que a situação encontrada importa em risco de dano ao erário, que deve fazer parte do escopo de relatórios específicos de auditoria sobre a execução dos contratos firmados em razão das dispensas”, completa.

#### **Outro lado**

A reportagem procurou o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo (União), que ao ser indagado sobre o relatório afirmou que não iria comentar. “Sobre esse assunto aguardarei o final das investigações”.

**Leia a reportagem completa na edição de A Gazeta (<https://www.gazetadigital.com.br/edicao.inc.php?ano=2023&mes=08&dia=07>)**

Fonte: Gazeta Digital

Visite o website: <https://www.gazetadigital.com.br> ()

Diante da gravidade da situação acima relatada, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente propositura, para que o membros desta casa legislativa tenham acesso aos relatórios preliminares da Controladoria Geral do Estado e cumpram com o seu dever constitucional de fiscalizar e controlar, diretamente, através de quaisquer de seus membros ou Comissões, os atos do Poder Executivo (art. 26, VIII da CE),.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 09 de Agosto de 2023

**Lúdio Cabral**  
Deputado Estadual